



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

## REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIO N.º 06/2018

Do(a): Juiz de Direito Anastácio Lima de Menezes Filho da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco.

Ao: Estado do Acre - Polícia Civil e Polícia Militar

Requisito o pagamento em favor do credor(es) e no valor(es) individualizado(s) em anexo, em virtude de decisão transitada em julgado proferida na **Ação Originária** nº 0004533-83.2009.8.01.0001, segundo as informações abaixo indicadas. **Informo, outrossim, que não existe qualquer Recurso pendente, quanto aos valores contidos na presente Requisição.**

A - IDENTIFICAÇÃO	
<b>Requerente:</b> Manoel Bernardino da Silva	
<b>Advogado:</b> Jecson Cavalcante Dutra, Francisco Silvano Rodrigues Santiago, Fabiano Maffini e Orieta Santiago Moura	
<b>Requerido:</b> Estado do Acre - Polícia Civil e Polícia Militar	
<b>Advogado:</b> Maria Eliza Schettini Campos Hidalgo Viana e Daniela Marques Correia de Carvalho	
B – ESPÉCIE DE PRECATÓRIO	
(x) 1. Original ( ) 2. Complementar ( ) 3. Parcial ( ) 4. Suplementar ( ) 5. Correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários contratuais.	
C - NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO	
1. ( ) Tributário	2. ( ) Trabalhista
3. ( ) Administrativo	4. ( ) Civil
5. (x) Constitucional	6. ( ) Previdenciário
7. ( ) Desapropriação de imóvel que se enquadra no artigo 78, § 3º, o ADCT.	8. ( ) Outros
D - NATUREZA DO CRÉDITO	
1 - ALIMENTAR	2 - COMUM
( ) Benefícios Previdenciários	(x) Não-alimentar
( ) Indenizações por morte ou invalidez fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.	
( ) Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e suas complementações	( ) Desapropriações
E - DATAS DE REFERÊNCIA (dia/mês/ano)	
1. Data do ajuizamento do processo de conhecimento	: 17/03/2009
2. Data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão no processo de conhecimento	: 21/01 e 25/01/2016.
3. Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou impugnação, se houver, ou data do decurso de prazo para sua aposição:	: não houve

Rio Branco (AC), 27 de março de 2018.

Anastácio Lima de Menezes Filho  
Juiz de Direito

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5483, Rio Branco-AC - E-mail: vafaz1rb@tjac.jus.br - Mod. 410 - Digitado por Maria Jose Oliveira Moraes Prado

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANASTACIO LIMA DE MENEZES FILHO. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjac.jus.br>, informe o processo 0004533-83.2009.8.01.0001 e o código 1C624F3.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA SANTOS PAIVA, liberado nos autos em 04/04/2018 às 16:01. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/esaj>, informe o processo 0100115-98.2018.8.01.0000 e código 2E2026.



(1) Os precatórios deverão ser expedidos individualizadamente por credor, ainda que exista litisconsórcio (artigo 5º, § 1º, da Resolução nº 115 do CNJ), podendo a requisição conter outros beneficiários do crédito, assim considerados: (a) Credor: o exequente, assim apontado como o detentor do direito material de crédito em face de Fazenda Pública; b) Beneficiário: toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que, não sendo o exequente, faça jus ao recebimento de valores por meio da requisição de pagamento (espólio, sucessores, cessionários, menores, incapazes, massa falida, etc)

(2) Data-base – Mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

(3) (a) o advogado, pelo valor dos honorários contratuais e, quando não propuser pedido autônomo de execução, pelo valor dos honorários sucumbenciais; (b) o perito, pelo valor dos honorários arbitrados.

(4) Data-base – mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

(5) Indicar o beneficiário do reembolso de custas judiciais, se o montante não estiver rateado e somado ao valor individualizado de cada beneficiário.

(6) Data-base – Mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.  
Rio Branco (AC), 27 de março de 2018.

Rio Branco (AC), 27 de março de 2018.

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5483, Rio Branco-AC - E-mail: vafaz1rb@tiac.ius.br - Mod. 410 - Digitado por Maria Jose Oliveira Moraes Prado

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANASTACIO LIMA DE MENEZES FILHO. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjac.jus.br>, informe o processo 0004533-83.2009.8.01.0001 e o código 1C624F3.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA SANTOS PAIVA, liberado nos autos em 04/04/2018 às 16:01. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/esaj>, informe o processo 0100115-98.2018.8.01.0000 e código 2E2026.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

I - DEDUÇÕES <sup>7</sup>			
NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	DATA-BASE <sup>8</sup>	VALOR (R\$)
SUBTOTAL 4 – DEDUÇÃO(ÕES)			

(7) Condenação em honorários na ação de embargos à execução.

(8) Data-base – Mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

J - VALOR TOTAL REQUISITADO	VALOR (R\$)
SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 + SUBTOTAL 3 – SUBTOTAL 4	18.488,19

K - PRECATÓRIOS DE NATUREZA ALIMENTAR	
BENEFICIÁRIO IDOSO (Art. 12 da Res. CNJ nº 115/2010)	DATA DE NASCIMENTO
BENEFICIÁRIO PORTADOR DE DOENÇA GRAVE	DOENÇA GRAVE (Art. 13 da Res. CNJ nº 115/2010)

Rio Branco (AC), 27 de março de 2018.

Anastácio Lima de Menezes Filho  
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

**TABELA I**

PEÇAS PROCESSUAIS E INFORMAÇÕES QUE INSTRUEM A REQUISIÇÃO <sup>9</sup>				
ORDEM	PEÇA (1)/INFORMAÇÃO	Presente na Requisição		
		Sim	Não	Não se aplica
1	Ofício Requisitório-padrão devidamente preenchido, com informações sobre:			
	A. Identificação das partes;	(x)	( )	( )
	B. Espécie de precatórios ( 1- original; 2-complementar; 3-parcial; 4-suplementar; 5-corresponde a parcela da condenação comprometida com honorários contratuais);	(x)	( )	( )
	C. Natureza da obrigação: (1-tributário; 2-trabalhista; 3-administrativo; 4-civil; 5-constitucional; 6-previdenciário; 7-desapropriação de imóvel que se enquadra no artigo 78, § 3º, do ADCT; 8-outros);	( )	(x)	( )
	D. Natureza do crédito: 1-Alimentar (benefícios previdenciários, indenização por morte ou invalidez fundada em responsabilidade civil, salários, vencimentos, proventos e pensões); 2-Comum (não alimentar e desapropriações);	(x)	( )	( )
	E. Datas de referência: 1-data de ajuizamento do processo de conhecimento; 2-data do trânsito em julgamento do processo de conhecimento; 3-data de trânsito em julgado dos embargos/impugnação à execução (se foram opostos);	(x)	( )	( )
	F. Nome completo do credor e beneficiários, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido.	(x)	( )	( )
	G. Nome completo do beneficiário de honorários contratuais, sucumbências e periciais, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido;	( )	(x)	( )
	H. Nome completo do beneficiário do reembolso de custas judiciais, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido;	( )	(x)	( )
	I. Nome completo do beneficiário condenado ao pagamento de honorários advocatícios na ação de embargos/impugnação à execução, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido;	( )	( )	( )
	J. Valor total da requisição;	(x)	( )	( )
	K. Nos precatórios de natureza alimentar (conforme o item "D", o nome completo e a data de nascimento dos credores maiores de 60(sessenta) anos, ou ainda o nome da doença grave que acomete o autor.	( )	(x)	( )
2	Petição inicial da ação	(x)	( )	( )
3	Procuração judicial ou substabelecimento	(x)	( )	( )
4	Contestação/impugnação	(x)	( )	( )
5	Sentença do processo de conhecimento	(x)	( )	( )
6	Acórdão do processo de conhecimento	(x)	( )	( )
7	Decisão dos Tribunais Superiores (se houver)	(x)	( )	( )
8	Certidão de Trânsito em Julgado da Sentença ou Acórdão	(x)	( )	( )

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5483, Rio Branco-AC - E-mail: vafaz1rb@tjac.jus.br - Mod. 410 - Digitado por Maria Jose Oliveira Moraes Prado

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANASTACIO LIMA DE MENEZES FILHO. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjac.jus.br>, informe o processo 0004533-83.2009.8.01.0001 e o código 1C624F3.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por AMANDA SANTOS PAIVA, liberado nos autos em 04/04/2018 às 16:01. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/esaj>, informe o processo 0100115-98.2018.8.01.0000 e código 2E2026.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
**1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco**

9	Petição inicial da execução da sentença	(x)	( )	( )
10	Mandado de citação para a oposição de embargos à execução	( )	(x)	( )
11	Certidão de citação para a oposição de embargos à execução	( )	(x)	( )
12	Certidão de que não foram opostos embargos	( )	(x)	( )
13	Petição inicial dos embargos à execução	( )	(x)	( )
14	Sentença dos Embargos e Acórdãos	( )	(x)	( )
15	Certidão de Trânsito em Julgado da Sentença dos Embargos ou Acórdão	( )	(x)	( )
16	Cálculos da Execução, na íntegra, com valores individualizados e discriminados por rubrica.	(x)	( )	( )
17	Decisão que homologou os cálculos de liquidação.	(x)	( )	( )
18	Comprovante de pagamento de precatório anterior, quando houver.	( )	(x)	( )

(9) Conforme art. 162, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e o artigo 973 do Provimento nº 16/2016, da Corregedoria-Geral da Justiça.

Rio Branco (AC), 27 de março de 2018.

Anastácio Lima de Menezes Filho  
Juiz de Direito